



<b>PROCESSO</b>	<b>60.494-1/2021</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>RESERVA REMUNERADA</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>MATO GROSSO PREVIDÊNCIA</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA</b> Diretor-Presidente
<b>INTERESSADO</b>	<b>AGILSON AZIZES FERREIRA</b>
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>IARA BEATRIS VERRUCK</b> Secretária de Controle Externo <b>JOCILDA SONIA DA SILVA</b> Coordenadora da Equipe Técnica
<b>ADVOGADO</b>	<b>NÃO CONSTA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA</b> Auditor Substituto de Conselheiro

### **RAZÕES DA PROPOSTA DE VOTO**

À luz do que dispõem os artigos 71, III, da Constituição Federal e 1º, VI, da Lei Complementar Estadual 269/2007, compete a este Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

Cumprе esclarecer que a matéria em apreço comporta julgamento em sessão virtual, na forma do artigo 1º da Resolução Normativa TCE/MT 29/2012-TP, alterado pela Resolução Normativa TCE/MT 7/2021-TP, e do § 3º do artigo 97 da Resolução Normativa 16/2021.

Pois bem. Compulsando-se os autos, constata-se que o Interessado cumpriu os requisitos previstos no ordenamento jurídico necessários para a concessão do benefício de transferência compulsória à inatividade, mediante reserva remunerada, com proventos integrais, evidenciando que o ato em exame possui respaldo constitucional, merecendo o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro, conforme presente no Relatório Técnico emitido pela 3ª Secretaria de Controle Externo (documento digital 193828/2022).





## DISPOSITIVO DA PROPOSTA DE VOTO

Diante do exposto, **acolho o Parecer Ministerial 4.326/2022**, de lavra do Procurador-geral de Contas Adjunto William de Almeida Brito Júnior, e, com base nos artigos 1º, VI, e 43, II, ambos da Lei Complementar Estadual 269/07, e inciso VI do artigo 1º da Resolução Normativa 16/2021, apresento proposta de **VOTO** no sentido de:

I) **REGISTRAR** o Ato 4.056/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição 28.057, de 5 de agosto de 2021, referente à transferência compulsória à inatividade, mediante reserva remunerada, concedida ao senhor Agilson Azizes Ferreira; e

II) **JULGAR LEGAL** a planilha de cálculo de proventos integrais.

**É a proposta de Voto.**

Cuiabá-MT, 14 de setembro de 2022.

(assinatura digital)  
**Ronaldo Ribeiro de Oliveira**  
Auditor Substituto de Conselheiro  
Relator

